

Carta nova inspira nova imagem ^{NUP}

Começa a ganhar cotornos práticos na Câmara a preocupação dos parlamentares em recuperar sua própria imagem de políticos e a do Congresso Nacional no momento em que o Legislativo ganha atribuições de efetivo poder com a nova Carta. Líderes do PMDB como Nelson Jobim (RS), do PCB — o deputado Roberto Freire (PE), do PT e do PFL já estão analisando como transferir para o Congresso ordinário a imagem de trabalho e seriedade que a Constituinte conquistou junto à opinião pública.

"Temos conversado muito porque as novas atribuições do Congresso exigem um trabalho profundo e responsável e temos muito trabalho. Uma Constituição sem leis complementares é uma carta capenga", diz o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE). "Agora somos poder. Temos que nos preparar para exercê-lo",

propaga o líder do PCB, deputado Roberto Freire. Mesmo neste período de quorum baixo, Freire faz questão de salientar que o clima não é de fim de festa. "Ao contrário, a festa é agora que recuperamos por exemplo, o poder de elaborar o orçamento. Temos que ser capazes de exercê-los".

Para o deputado Plínio de Ardua Sampaio o grande risco que o Congresso corre agora é o da inércia. "Temos que evitar que os vícios e defeitos que viraram hábitos no autoritarismo invadam o novo Congresso", prega o petista. A seu ver, a norma constitucional, por si só, não implica em mudança de comportamento dos congressistas, onde a falta de participação, a ausência e o clima de favoritismo eram uma constante. "E por isto que estamos formando um grupo suprapartidário informal, mas decidido a impedir que velhas práti-

cas permaneçam no novo Congresso até contra a Carta que acabamos de concluir", explica.

O líder do PMDB, Nelson Jobim, destaca que a receptividade tem sido grande entre os parlamentares dos vários partidos com quem tem conversado. "Nossa preocupação é ter o trabalho do Legislativo ágil e que venha a responder a suas novas funções". Na opinião de Jobim, isto passa não apenas por uma mudança estrutural no Legislativo mas pela Mesa diretora da Câmara, que deve ser representativa, séria e atuante. "Nossas conversas também têm o objetivo de evitar uma disputa meramente partidária para a presidência da Casa e demais membros da Mesa, onde o principal deverá ser a capacidade e a responsabilidade de conduzir a instituição que queremos séria e respeitada", diz Roberto Freire.

Regimento

evita líder de si mesmo

A existência do líder solitário, aquele que não tem companheiro de bancada, deverá ser proibida pelo futuro regimento do Senado, que terá, como outra grande novidade, a instituição do "pinga-fogo", a exemplo do que existe na Câmara, no qual os deputados fazem comunicações sem maior importâncias, destinadas ao eleitorado e à Voz do Brasil.

O novo Regimento, que será formalmente entregue hoje ao senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), 1º Secretário, é moralizador também em relação aos blocos — previstos na nova Constituição — que só poderão ser constituídos com um mínimo de 10% dos senadores, que são, atualmente, 72.

O sentido do novo Regimento é buscar a eficiência. As 18 Comissões existentes serão reduzidas para um máximo de nove e nenhum senador poderá participar de mais de uma, excetuando-se a de redação, que é quase formal. Nos últimos anos as Comissões não tinham quase importância e a maioria de suas reuniões era fictícia, com assinaturas apanhadas no corredor.

Apenas duas ou três Comissões, especialmente a de Justiça, realizavam efetivamente suas reuniões. Agora, isso não poderá acontecer mais. Todas as Comissões, dentro do espírito da Constituição, terão poderes amplos de fiscalização em suas áreas específicas e poderão até exercer o papel legislante. A tendência é acabar com a Comissão de Fiscalização Financeira, que ficará sem finalidade prática.

O Regimento estabelecerá, também, maior limitação às Comissões Parlamentares de Inquérito, que atualmente são requeridas e prorrogadas com as assinaturas de um terço dos senadores. Pelo futuro Regimento, que terá de ser aprovado pelo plenário, o requerimento e o pedido podem ser requeridos por 1/3, sendo depois submetidos ao plenário, presente a maioria absoluta.

Surge até candidato ao posto de José Lourenço

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

"Eu não entro numa briga para perder", anunciou ontem o deputado João Alves (BA) que, sentindo-se traído pelo líder José Lourenço, vem articulando um movimento para substituí-lo logo na liderança do PFL. Ele contudo prefere manter em sigilo os documentos que diz possuir contra Lourenço, pois só divulgará o conteúdo na próxima semana.

Misterioso, João Alves promete "dar nomes aos bois", admitindo por outro lado que suas divergências com o líder começaram na Comissão de Orçamento. Lourenço, por sua vez, mostra surpresa com atitudes como esta, já que há cerca de 20 dias sofreu contestação seme-

lhante e no mesmo momento recolheu dezenas de telefonemas e telegramas de solidariedade.

O movimento contra José Lourenço tem origem na Bahia, mas até agora apenas João Alves assumiu publicamente sua divergência com o líder. Aliás, anunciou ontem que "90% da bancada do PFL não querem mais o Zé". Por isso, a idéia seria promover uma reunião de bancada nos próximos dias e realizar a eleição.

Nessa articulação estão também integrantes da bancada de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Um dos trabalhos iniciais é o de desmontar o esquema consagrado no PFL: ao invés de reunir a bancada, colhem assinaturas de apoio ao deputado José Lourenço para mantê-lo na liderança, onde es-

tá desde a fundação do partido.

Outro motivo de insatisfação, segundo os deputados que se uniram no movimento contra José Lourenço, é de que ele teria recolhido assinaturas de apoio para indicar Inocêncio Oliveira, primeiro vice-presidente da Câmara, vaga que pertence ao PFL. Na verdade, deteria um acordo com Oliveira, no sentido de que, próximo à escolha da mesa, o lugar lhe seria destinado, caso afluísse os problemas dentro da bancada.

Esse grupo de pefelistas está trabalhando em diversas frentes contra José Lourenço. Uma delas é ligar para cada colega de bancada mostrando que é uma prática nociva ao partido a de abrir mão da eleição de um líder para apenas assinar documento de apoio.